



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL
CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA
Semearando Novos Rumos

Eixo 6

“CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 6- CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO

6.1. Ciência e Tecnologia: produção, difusão e apropriação

As sociedades contemporâneas também conhecidas por sociedades do conhecimento podem ser entendidas e analisadas sob múltiplos aspectos: tecnológicos, educacionais, culturais, políticos, informacionais, etc. O acesso ao conhecimento e às tecnologias, por parte das sociedades e dos indivíduos, é desigual, uma vez que as relações de poder estão distribuídas de maneira assimétrica, tanto em escala regional como mundial.

RESUMOS APROVADOS

AS POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Elías Marcos Gonçalves Dos Santos).

LUAMIM¹ - 20 ANOS CONSTRUINDO CIÊNCIA COM CONSCIÊNCIA (autor(es/as): Heliana Baía Evelin).

COMUNIDADE ESCOLAR E O USO DAS MÍDIAS E DAS NOVAS TECNOLOGIAS: DILEMAS E PERSPECTIVAS (autor(es/as): Jeovania Fabro Tomazi).

A DESCONSTRUÇÃO DA RAZÃO CIENTÍFICA EM BRUNO LATOUR (autor(es/as): Marcelo Puzio).

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO RONDON SOB A LUZ DOS PRINCÍPIOS DA TECNOLOGIA SOCIAL (autor(es/as): Murilo Martins De Andrade).

MULTIPLICAR EXPERIÊNCIAS E CONSTRUIR ALTERNATIVAS: AS CARTOGRAFIAS SOCIAIS COMO TRABALHO DE TRADUÇÃO (autor(es/as): Otávio Gomes Rocha).

TERCEIRA IDADE E INCLUSÃO DIGITAL: CONSTRUINDO A INCLUSÃO DO IDOSO NUMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA (autor(es/as): Roseli Odorizzi).

JORNALISMO E SAÚDE: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS TEXTOS DOS JORNAIS EXPRESSO POPULAR E A TRIBUNA, DE SANTOS, ENTRE JUNHO E JULHO DE 2011 (autor(es/as): Vinicius Mauricio de Lima).

A UTILIZAÇÃO DO ENTRETENIMENTO COMO ALIADO NA EDUCAÇÃO (autor(es/as): Yuri Garcia Piedade Kurylo). Coordenador: Prf. Dr. Marcelo Stein de Lima Sousa (MADE-UFPR)



Luamim - 20 anos construindo ciência com consciência

Heliana Baía Evelin ¹; Silvia Cristina da Costa Stockinger²; Alba Regina Souza Magno Duarte³; Gleidson Alves Pantoja ⁴; Paulo Roberto Martins ⁵; Stéfano Paixão ⁶

Resumo:

O Programa Luamim foi fundado em 1992 como desdobramento político do poema *Luamim: um anjo urbano* de Paulo Martins. Suas atividades ocorreram até 1996 em centros comunitários e associação de moradores do bairro Guamá em Belém e em escolas estaduais do interior do Estado. Desde 1997 passou a se constituir como projeto de extensão do Curso Serviço Social da UFPA, tendo como *locus* os bairros Guamá e Terra Firme, considerados os mais violentos da cidade de Belém do Pará, que juntos somam 166.315 habitantes (Anuário Estatístico de Belém, 2010) e que não aparecem na mídia pela riqueza de suas manifestações e luta de seus habitantes pela permanência de seus bois-bumbás, cordões de pássaros, escolas de samba, quadrilhas juninas e ladainhas, espaços de agregação de cultura antiviolença e fatores de proteção a exigir estudos, pesquisas e intervenção social que atendam os direitos previstos constitucionalmente. Atualmente o Programa concentra ações de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Educação e Cultura, registra dois grupos de estudos e pesquisas credenciados no CNPq, reúne em sua equipe professores, alunos bolsistas de graduação e pós-graduação, alunos de graduação e profissionais voluntários.

Palavras-chave: Ciência; Direitos; Arte; Patrimônio; Serviço Social, Comunidade, Educação e Cultura

¹ Assistente Social. Prof^a Dr^a em Serviço Social. Coordenadora do Programa Luamim: peças interventivas na realidade – FASS / ICSA / PPGSS/UFPA. Líder do Resilio- Grupo de Estudos e Pesquisas de Resiliência na Amazônia e do Senectus – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia. hbesoria@ufpa.br

² Assistente Social. Prof^a Dr^a em Sociologia. Orientadora do Programa Luamim: peças interventivas na realidade – FASS / ICSA /UFPA. Membro do GT Educação-CRESS-1^a Região. Líder do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas de Serviço Social, Educação e Cultura. sccosta@ufpa.br

³ Assistente Social. Prof^a Mestre em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Orientadora do Programa Luamim: peças interventivas na realidade – FASS / ICSA /UFPA. albaarte@ufpa.br

⁴ Assistente Social. Mestrando de Serviço Social. PPGSS/UFPA. Bolsista CNPq. Coordenador do Fórum Nacional de Juventude Negra/Pará. gleidsonpantoja@hotmail.com

⁵ Msc. em Serviço Social. Jornalista, poeta e cantor. Fundador do Projeto Luamim, atual Programa Luamim: peças interventivas na realidade. luamim@yahoo.com.br

⁶ Assistente Social. Especialista em Arte/Educação. Voluntário no Programa Luamim:peças interventivas na realidade. Bolsista de Experimentação, Pesquisa e Divulgação Artística do Instituto de Artes do Pará. paixaostefano@yahoo.com.br



Introdução

O Programa Luamim, fundado em 1992 tem um histórico de extensão e pesquisa com apoio institucional do CNPq e da UFPA, que gerou a sua aprovação como campo de estágio curricular de Serviço Social nas Áreas de Educação e Cultura a partir de 2009. O processo permanente da conjunção ensino / pesquisa / extensão consolida o conceito de peças interventivas formulado por Paulo Martins, fundador do programa.

O poema *Luamim: um anjo urbano* (Martins, 1991) deu origem, em 1992, ao projeto e atual Programa. O autor, Paulo Roberto Martins é poeta, jornalista, músico e mestre em Serviço Social. Criou o conceito de peças interventivas como instrumentos da arte e da comunicação utilizáveis na prática do trabalhador social.

As atividades do Programa começaram em centros comunitários e associação de moradores dos bairros Guamá e Terra Firme em Belém com apoio institucional da Secretaria de Educação e Cultura do Pará. No ano de 1993 levou sua proposta para algumas escolas estaduais do interior do estado. Em 1997 integra-se como projeto de extensão do Curso de Serviço Social da UFPA.

O *locus* do programa é o entorno da Universidade Federal do Pará, mais precisamente os bairros Guamá e Terra Firme, que não aparecem na mídia pela riqueza de suas manifestações e luta de seus habitantes pela permanência de seus bois-bumbás, cordões de pássaros, escolas de samba, quadrilhas juninas e ladainhas, espaços de agregação de cultura antiviolença e fatores de proteção a exigir estudos, pesquisas e intervenção social que atendam os direitos previstos constitucionalmente.

Embora não se possa dizer que as manifestações relacionadas à chamada cultura de elite recebam, no Brasil, a devida atenção do Estado, é importante a posição prenhe de significado positivo existente em relação aos produtos culturais ditos mais elevados e colocados ao consumo de grupos privilegiados educacional e economicamente: concertos, exposições de arte, programas científicos, literatura. (Evelin, 2012)

A Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi, um dos mais importantes centros de pesquisa do Brasil, condomínios e sedes das Forças Armadas estão localizados no Guamá – o bairro mais populoso da cidade de Belém – e na Terra Firme. A Federação Espírita de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, seção Pará, registra uma média de 1.600 terreiros na Grande Belém e Castanhal. No bairro do Guamá encontra-se o mais antigo terreiro de candomblé da cidade.



O Programa vincula-se ao Projeto político pedagógico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, que objetiva formar profissionais aptos a responderem às demandas sociais a partir do conhecimento e da intervenção em processos e relações determinantes da vida social. O projeto político-pedagógico não foi elaborado apenas para cumprir exigências burocráticas. Busca um rumo, uma direção, é uma ação internacional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Desde 2005 as oficinas de arte destinadas a crianças e adolescentes começaram a ser oferecidas a alunos matriculados em escolas de ensino fundamental e médio dos bairros em foco. Atualmente desenvolve ações nos seguintes espaços: 1) EAUFPA-Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará – Federal; 2) Lar Fabiano de Cristo (ONG); 3) Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque “Prof. Eidorfe Moreira” – Municipal; 4) Ponto de Cultura “São Domingos de Gusmão”, no bairro da Terra Firme– Grupo Comunitário; 5) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Prof. Mário Barbosa”.

As relações entre memória social e Serviço Social são decisivas ao processo de intervenção social e de “*desesconder o Brasil*”, como diz Célio Turino (2008) em seus escritos e discursos sobre a cultura brasileira. Muito da memória social pode ser recolhida com cidadãos que transmitem oralmente os seus saberes – os mestres griôs – que devem e precisam ser identificados e trazidos para o espaço da universidade, sobretudo como forma de reconstituição da memória dos mais pobres, permitindo-nos acesso a representações que contradizem as oficiais.

O tema de ciência com consciência está em pauta há pelo menos 500 anos. François Rabelais (1494-1553) dizia que “a ciência sem consciência é a ruína da alma”. Na contemporaneidade em sua obra *Ciência com Consciência* Morin diz que

[...] As ciências não têm consciência dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos. As ciências naturais não têm consciência da sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. As ciências não têm consciência de seu papel na sociedade. As ciências não têm consciência dos princípios ocultos que comandam as suas elucidações. As ciências não têm consciência de que lhes falta uma consciência. (Morin, 2005)

Cristóvão Buarque em texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro ocorrido em Lisboa em 2004 cita a bomba atômica como um dos marcos no século XX para as reflexões sobre a ciência sem consciência e considera que “a grande questão



social do século XXI será como dar consciência à ciência, como submeter o avanço técnico aos valores éticos. Dar alma ao processo civilizatório. Administrar os êxitos do avanço técnico diante dos riscos que ele colocou para a humanidade.

O poema como fonte de inspiração

O Projeto original surgiu com o objetivo de sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a realidade das crianças que vivem nas ruas, por meio de reflexão e debate potencializados pelos instrumentos da arte e da comunicação, tendo como fonte o poema Luamim: um anjo urbano:

Se você encontrar um dia / uma noite / um anjo frio e sujo, / míngua com ele, / pode ser criança / pode ser Luamim. / Luamim menino / moreno, / medonho que nem pião / que sonha / sonhador, / Luamim veio do campo / para a cidade grande. / Sonhando sujo, sem bando / braços minguados de lua / Luamim vive na rua / dizem que vive voando. / Luamim tem asa, / Lua, / mas não tem casa / “de verdade” Luamim não é anjo / é criança, / como pode viver Luamim? / Afaga a lua que passa do outro lado do mundo / Luamim arteiro, / artista, / engraxate. / Luamim “dá o brilho” no mundo. / Um dia o vi despertando / na praça-rua-mundo / sorriso lindo atraente, / mas o que teve dentes brancos / já não sorri que se aproveite / Luamim tem vergonha / caíram seus destes de leite... / Assim vive Luamim / na lua, do mundo / e dele contando estrelas / que são poucas. / Luamim diz que estrela do mundo é fria / mais distante que as do céu / que sempre vê de madrugada / por isso dizem “vive na lua” / esse menino, / com frio, / catando estrelas. / Luamim quer saber / quer saber se na escola também tem estrelas / Luamim quer ver seu brilho / ser gente, / que nem estrela-do-céu. / Luamim vive no mundo da terra, / mas prefere / o que avista perto e puro. / Luamim ama a cidade, / mas não pode ser seu anjo / senão / vira “anjo de verdade” / Luamim não é anjo / não pode ser / anjo-da-guarda. / Luamim tem medo de crescer grande feito cidade / Luamim não quer crescer sem poder respirar profundo / sem tamanho / sem cor / sem brilho. (Martins: 1991)

A palavra Luamim significa Lua minguante, neologismo criado por Paulo Martins. Refere-se à própria Lua (astro) que adota as crianças que moram nas ruas, e Mim de minguante, ou seja, filho da lua minguante.

No decorrer dos anos, o programa consolida-se no contexto das Políticas de Educação e Cultura previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:



A educação, direito de todos e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Artigo 205 do capítulo III seção I . Princípios da educação brasileira: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I); liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (inciso II); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (inciso III); gestão democrática do ensino público na forma da lei (inciso VI); garantia de padrão de qualidade (inciso VII). Artigo 206 e emendas número 19 de 1998 e a de número 53 de 2006

[...] o Estado garantirá [...] a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art.215. Constituem patrimônio cultural brasileiro [...] As formas de expressão; Os modos de criar, fazer e viver; As criações científicas, artísticas e tecnológicas; As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Art.216

Invocando a noção de *paideia*, termo grego que significa a inseparável relação entre educação e cultura, o Programa Luamim identifica dificuldades na assimilação de tal conceito nas escolas e instituições onde desenvolve ações. Provavelmente isto resulta do fato de, até os dias atuais, a sociedade brasileira não ter se organizado pela afirmação da educação no sentido pleno de formação integral do cidadão.

A Educação não pode ser compreendida sem interlocução com a Cultura. No século IV a.C. Platão e Aristóteles em seus escritos consideravam que a busca do sentido de uma teoria consciente da educação seria o fundamento da formação ética e política do cidadão. A importância similar atribuída tanto às Letras, à Retórica, à Matemática quanto às Artes e ao Desporto estão presentes na formação do Homem idealizada pela sociedade grega. Em Sócrates encontra-se a noção de *paideia* como um meio para o autodomínio, liberdade e insubmissão.

Se na maioria dos países as relações entre educação e cultura são concebidas e institucionalizadas de forma interdependente e articuladas, compondo um único Ministério, no Brasil a educação já esteve vinculada ao Ministério da Justiça, que mantinha um Departamento Nacional do Ensino, antes de 1930 quando o Ministério de



Educação foi criado, pelo Governo Vargas, vinculando-o à saúde pública, sendo então Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em 1932, sob influência da Escola Nova, modelo estadunidense que teve, a partir das propostas de John Dewey, ampla repercussão no mundo, educadores brasileiros lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, propondo um plano geral de educação pública, laica, obrigatória e gratuita, como forma de resistência à hegemonia da Igreja Católica na área da educação. Somente em 1953 foi criado o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que deixou de sê-lo em 1992, quando uma lei federal o transformou no Ministério da Educação e do Desporto. O Ministério da Cultura (MINC) foi criado em 1985 e em 1995, o Ministério da Educação cada qual responsável pelas respectivas áreas.

Considerando o entrelaçamento da Educação à Cultura, Moreira e Candau (2003) ao afirmarem que “A escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade”, perguntam: “[...] se vemos suas relações como intrinsecamente constitutivas do universo educacional, cabe indagar por que hoje essa constatação parece se revestir de novidade, e vista por vários autores como especialmente desafiadora para as práticas educativas?” e sugerem:

[...] não implica que fiquemos limitados aos elementos usualmente secundarizados na hierarquia das culturas. Esperamos que as manifestações culturais mais valorizadas socialmente venham a ser conhecidas, debatidas, criticadas e desconstruídas. Desejamos, além da crítica cultural, a expansão do horizonte cultural do(a) aluno(a) e o maior aproveitamento possível dos recursos culturais da comunidade em que a escola está inserida. Se pretendemos abrir espaço na escola para a complexa interpenetração das culturas e para a pluralidade cultural, garantindo a centralidade da cultura nas práticas pedagógicas, tanto as manifestações culturais hegemônicas como as subalternizadas precisam integrar o currículo, devendo ser confrontadas e desafiadas. (Moreira e Candau, 2003)

Textos estudados nas universidades passam a largo pelas expressões de preconceito no registro dos mais renomados filósofos e cientistas sociais, homens que contribuíram para a construção do pensamento universal, contudo não estavam imunes às limitações culturais do momento histórico em que viveram. O preconceito contra negros e outras etnias não brancas encontra respaldo no estatuto da ciência e da ideologia. (Bobbio, 1980) ao referir-se a Hegel como um dos pensadores que deixaram



para a humanidade a herança do preconceito racial diz que as páginas do autor dedicadas à África, “hoje pareceriam repletas de blasfêmias”. Assim como Hegel, há influentes pensadores, dentre os quais, Kant, Marx, Weber, Durkheim. (Praxedes, 2008)

Negros, nativos e seus descendentes de modo geral não têm uma representação positiva de si mesmos como sujeitos da história. Tal situação não pode ser resolvida sem a efetivação das leis, sem a participação da comunidade externa às instituições de educação. A participação dos movimentos populares nas escolas e universidades poderá contribuir para a construção de uma representação positiva da resistência e resiliência das culturas negra e autóctone na vida social do Brasil como contribuição histórica e exemplar para a posteridade.

Os discursos proferidos em nosso país são, quase sempre, insuficientes para distinguirem a teoria que os orienta. Somente conhecendo-se a prática de seus autores pode-se efetivamente identificá-la. Os referentes culturais podem, explicitar o autoritarismo presente nas relações sociais. Políticos, burocratas e religiosos sabem disso e adaptam-se também às regras que lhes permitem e as suas corporações, usufruir dessa realidade.

Revedo-se a história para situar os sujeitos sociais brasileiros é incontestável que a violência e o autoritarismo dos conquistadores têm a sua permanência mantida pelas instituições religiosas, econômicas, políticas, jurídicas e educacionais, mas também é incontestável que tais forças contaram e contam com a resistência da população brasileira em busca das conquistas sociais.

O Serviço Social nas áreas de educação e cultura

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) por meio do parecer jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000 atribui, ao assistente social da área educacional as funções de:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas e assistenciais, organizações comunitárias locais com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Realização de visitas sociais com objetivo de ampliar o



conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente.

As atribuições previstas acima estão vinculadas à tradição brasileira de atribuir à Educação a responsabilidade pela minimização de problemas públicos de assistência, segurança e saúde. A história do Serviço Social, que tem seu marco como profissão desde 1898, com a fundação da Escola de Serviço Social em New York, indica que desde os primórdios está inserido na área da Educação, com a implantação do Serviço Social nas Escolas Públicas de New York, Boston e Hartford (EUA) nos anos 1906-1907. Portanto, não é um campo novo para a ação dos profissionais de Serviço Social, mas no Brasil há escassa produção teórico-metodológica que possa orientar o trabalho nessa área que, nas últimas décadas, vem apresentando crescente interesse de graduandos e profissionais, advinda de uma demanda institucional resultante da necessidade de intervenção por equipes multiprofissionais nas complexas questões identificadas nas escolas: violência, evasão, repetência e a permanência da distorção idade-série, dentre outras. Embora não se desconsidere tais questões, a perspectiva do Programa Luamim caminha no sentido da sistematização de um trabalho que tenha em vista a construção plena da cidadania, cumprindo a mais elevada missão da educação de formação ético-política.

A explicitação do Serviço Social têm sido corretamente buscada na própria realidade sócio-política. Isso deve ser considerado para que se entenda a lógica de sua existência como profissão. Constatase, por exemplo, que nas obras de Mary Richmond, orientadas pelo pragmatismo construído nos Estados Unidos da América, a adaptação social deve levar em conta, em primeiro lugar, a capacidade do indivíduo de resolver por si mesmo os seus problemas. No Brasil, onde o Serviço Social teve em seus primórdios a influência da Doutrina Social da Igreja, há uma forte tendência de tutela aos considerados *fracos e desamparados*.

De forma geral, a resiliência implica no desenvolvimento de certas habilidades do sujeito que lhe possibilita cuidar da própria vida. Quando Richmond (1950) diz que o trabalho do assistente social consiste em ajudar o cliente a ajudar-se temos o registro, posteriormente aprofundado e sistematizado em várias obras de Serviço Social, do reconhecimento de que a profissão contribui para a formação de cidadãos para participarem da construção da própria história, da história dos grupos sociais a que pertencem e das coletividades.

Da interação entre a experiência empírica do programa Luamim e a reflexão conceitual de autores como Martin Heidegger, Jurgens Habermas, Max Weber e Paulo Freire, o fundador do projeto, atual Programa Luamim, criou o conceito de peças



interventivas em sua dissertação de Mestrado em Serviço Social com o intuito de articular os instrumentos da Arte, Educação, Comunicação e Serviço Social. O processo permanente da conjunção ensino / pesquisa / extensão consolida o conceito de peças interventivas formulado pelo fundador:

Peças interventivas são instrumentos da arte e da comunicação utilizáveis na prática do trabalhador social que, articuladas individualmente ou em conjunto, integram-se como documento à coleção de instrumentos próprios da área do Serviço Social e diligenciam a intervenção na realidade, podendo formar módulos auto recicláveis conforme as necessidades e demandas do problema [...] a ser enfrentado. (Martins, 2.000)

Outrossim, diversos conceitos são gerados como resposta à dimensão propositiva posta como uma necessidade de atenção às peculiaridades nacionais, regionais e locais nem sempre atendidas pelas construções teóricas advindas de outros países e regiões do Brasil. Destarte, o Programa Luamim: peças interventivas na realidade constitui-se em um ambiente propício para a construção de ciência e consciência.

A permanência de voluntários vinculados ao programa atende a uma demanda que identifica as áreas da Educação e da Cultura em expansão no mundo do trabalho. A experiência no programa indica que a inserção voluntária de estudantes em projetos de extensão e pesquisa resulta de preocupações não somente com o seu próprio aprendizado, mas com o exercício prático da cidadania. A partir de depoimentos de estudantes voluntários construiu-se no interior do programa a categoria **voluntariado de pertencimento** para uma prática onde não aparece a palavra **doação de tempo**.

O estudante voluntário de pertencimento busca um espaço onde possa colocar em prática seus conhecimentos, manter-se atualizado e estar em contato com instituições e pessoas que lhe possibilite a inserção no mercado de trabalho ou acesso a bolsa de ensino, extensão ou pesquisa; têm ciência de que a sua ação não substitui o Estado nem se choca com o trabalho remunerado e que, na condição de estudante, recém-graduado ou em pós graduação encontra-se em um espaço privilegiado para construção de conhecimentos e estabelecimento de relações favoráveis para o seu futuro profissional. Sua ação não se relaciona com os conceitos vinculados aos valores da caridade, compaixão e amor ao próximo no sentido historicamente representado pela ação assistencialista; o **VP universitário** troca saberes com a comunidade; participa do processo de ensino/aprendizagem; empenha-se em compreender a vida social, econômica, cultural e política da comunidade; dispõe-se a colaborar para o processo de



transformação social; desenvolve habilidades no trato com a equipe interdisciplinar e na produção científica, elaboração de projetos e organização de eventos científicos; visa a formação de currículo e habilitação profissional. Assim, os alunos voluntários vão gradativamente sendo integrados como bolsistas à medida que há formatura ou inserção em outras bolsas ou trabalho por parte dos bolsistas do programa. (Evelin, 2010)

O Luamim é um programa multidisciplinar que envolve as áreas da Comunicação, Arte-Educação e Serviço Social, resultante da integração de agentes sociais de variadas categorias profissionais (artistas, estudantes, professores e lideranças comunitárias), tendo como metodologia a inter-relação da extensão, do ensino e da pesquisa por meio de um processo de retroalimentação e compartilhamento de dados, gerando tecnologia de trabalho social em construção no programa.

Registra muitos resultados positivos como: A construção da categoria peças interventivas; A construção de uma tecnologia de intervenção social, reconhecida por alunos e profissionais, que o buscam para o exercício de trabalho voluntário, e por instituições como o Ministério da Cultura, CRAS-Centro de Referência de Assistência Social e a Polícia Comunitária da 11ª Zona de Policiamento (ZPOL); Aprovação da disciplina “Serviço Social, Cultura, Arte e Comunicação” no Projeto Político-pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPA; Aprovação por emenda parlamentar do deputado João Batista (Babá) de recursos de 100 (cem) mil reais para construção do Centro Cultural Luamim; Permanência das oficinas de arte; Pesquisas com apoio institucional do CNPq e da UFPA; Publicação de uma coletânea com o tema “Serviço Social, Resiliência e Direitos Humanos”; Realização de Semanas Científico-Culturais “A Casa dos Luamins”, todos anos, desde 2005, geradoras de material de estudo e pesquisa amplamente divulgado; Apresentações e publicações de artigos em eventos regionais, nacionais e internacionais; Campo de estágio de Serviço Social. Vinculação de alunos de pós-graduação *stricto-sensu*. Aprovação, com recursos, no PROEXT MEC-SESU 2008 e 2011; Realização do 1º Encontro de Artistas, Produtores Culturais e Lideranças Comunitárias dos Bairros Guamá e Terra Firme em 2010,

Somente o bairro da Terra Firme tem um Ponto de Cultura o que facilita os encontros para ensaios e socialização entre as gerações, embora ainda seja um espaço limitado para atender a grande demanda do bairro que, assim como o Guamá, não dispõe de espaços multiuso, teatros, salas de cinema, bibliotecas públicas acessíveis à população (as bibliotecas da UFPA, da UFRA e do Museu Emílio Goeldi não têm visibilidade e reconhecimento como espaços abertos à comunidade externa à academia),



shopping centers e outros equipamentos culturais, o que mostra a pouca atenção pública e privada aos bairros, que juntos correspondem a uma população de municípios médios: 166.315 habitantes (Anuário do Município de Belém, 2010).

Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, participam dos grupos, contudo há o registro do afastamento de jovens e idosos. Os idosos estariam se afastando devido só se reunirem no mês de junho quando as manifestações folclóricas como boi bumbá, quadrilha junina, pássaros preparam-se para apresentações públicas e, por este motivo, se inserem em grupos de convivência à terceira idade; os jovens estariam se afastando pelos seguintes motivos: envolvimento com drogas e com a criminalidade; falta de apoio à manifestação que proporcione viagens dentro e fora do Estado; vergonha de participarem da manifestação. (Oliveira, 2008)

As possibilidades de intervir na realidade são definidas por cinco projetos, que se completam como unidade no processo de construção e reconstrução permanente do conhecimento: Procriar, Proluamim. Ser Brasileiro, Guamá e Terra Firme : a morada de artistas, Ação Griô - uma tecnologia social, para o ensino de artes na escola, apropriada da tradição da arte popular dos bairros Guamá e Terra Firme.

PROCRIAR – Projeto Crianças e Adolescentes Resilientes

Idealizado pela ex-bolsista Jorgeane Corrêa Ribeiro, têm como objetivo principal promover o desenvolvimento da resiliência em crianças e adolescentes em situação de direitos violados e seus respectivos familiares. Surgiu do aprofundamento nos estudos e intervenções na problemática da VDCCA (violência doméstica contra crianças e adolescentes), tendo como principal resultado a identificação da resiliência como forma de intervenção nesta problemática.

Busca incentivar o investimento nos fatores de proteção para que os direitos das crianças e adolescentes sejam uma garantia concreta. Utiliza a resiliência como uma abordagem teórico-metodológica que permite que crianças e adolescentes que passaram e/ou passam por situações estressantes e/ou traumáticas devido à violação de seus direitos possam enfrentar, superar e sair fortalecidas diante de tais situações.

Trabalha com oficinas de arte, dinâmicas de reflexão, entrevistas, brincadeiras, debates sobre filmes relacionados à resiliência, permitindo a relação com a própria realidade dos participantes. Tem-se identificado diversas formas culturais de enfrentamento, superação e fortalecimento de adversidades; fatores de risco e proteção que envolvem formas de expressão cultural.

Apesar de a resiliência ser um termo pouco utilizado no Brasil, é uma característica



intrínseca da humanidade. Vai além da resistência, que significa oposição ou enfrentamento; é uma capacidade que todos os indivíduos possuem para, não apenas, enfrentarem as adversidades, mas a superarem, aumentarem a autoestima, fortalecendo-se para os inevitáveis embates que ocorrem no decorrer da vida; precisa, portanto, ser estimulada para o desenvolvimento pessoal e social. (Tavares, 2001)

Nos bairros Guamá e Terra Firme, onde residem crianças, adolescentes e jovens atendidos pelo Programa, há precariedade de equipamentos sociais para o desenvolvimento biopsicossocial saudável. Tal situação se lhes expressa nas marcas da violência e da pobreza.

O PROCRIAR torna-se um espaço possível para construir uma nova forma de ver o mundo, onde, para muitos, os conceitos de criança e adolescente são bastante relativos. Ao chegarem ao Programa suas falas são de conformidade com a realidade como se ela fosse natural; em alguns casos mostram seus planos de vida relacionados à violência ou a assuntos relacionados, porém há aqueles que mesmo envoltos nessa realidade planejam seus futuros de forma diferente, relatando que querem ir mais longe, que desejam mudar suas condições materiais e poder ajudar também outras pessoas.

A prática extensionista e de pesquisa no programa identifica a categoria resiliência com teorias e práticas que fazem parte do acervo de construções sistematizadas pelo Serviço Social no decorrer de sua história. A ex-bolsista, Jorgeane Corrêa Ribeiro, atualmente cursando mestrado em Serviço Social na UFPA, propôs-se a tarefa desafiadora de construção teórico-metodológica sobre o tema e o fez com muita competência, tendo, inclusive, criado um grupo de estudos com outros alunos, dando origem ao Resilio-Grupo de Estudos e Pesquisas de Resiliência na Amazônia, cadastrado no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, tendo como líder a atual coordenadora do Programa.

PROLUAMIM – Projeto Profissionalizante Luamim

Destina-se à profissionalização de adolescentes e jovens egressos das oficinas e cursos de arte oferecidos pelo programa, por outros programas e projetos ou autodidatas. Idealizado pela ex-bolsista de extensão Leomara Barros Rodrigues.

Por meio da metodologia de pesquisa-ação a bolsista (Rodrigues, 2006) - constatou que alguns desses jovens estavam inseridos informalmente em atividades laborativas e/ou não estudavam ou a faixa etária de idade não correspondia ao grau de escolaridade.

As ações interventivas desenvolvidas com um grupo de 20 adolescentes e jovens



que estavam inseridos em média há cinco anos no programa, residentes na comunidade Área da Liberdade localizada no bairro da Terra Firme, perpassou pelo aprendizado da musicalização, dança e informática, bem como, a inscrição em projetos sociais do governo para qualificação profissional, objetivando a formação de currículo pessoal que possibilite emprego e mobilidade social. Nos relatórios do trabalho extensionista Rodrigues (2006) considera que junto aos desafios da qualificação/profissionalização de jovens da periferia das cidades brasileiras coloca-se o desafio maior de inserção no trabalho formal. Alguns empresários não empregam pessoas que moram em bairros violentos e periféricos, demonstrando a desigualdade social no âmbito das representações sobre o local de residência.

[...] Para as gerações passadas, o endereço é apenas um indicador de estratificação social, indicador de renda e mesmo pertencimento de classe. Hoje, o endereço não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de estratificação social. Certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia. (Freitas, 2003)

Para ter acesso ao mercado de trabalho, o endereço torna-se um critério de seleção. Um empregador pode ter várias justificativas para não aceitar um jovem morador de uma determinada área da cidade, tais como: a crença de que o jovem que mora em lugar de bandidos é um bandido em potencial, pensar na possibilidade de ter de conviver com um trabalhador que pode, com frequência, faltar ao trabalho em caso de conflito entre grupos de traficantes ou entre traficantes e a polícia, etc.

Muitos jovens do PROLUAMIM são conscientes da existência da discriminação de endereços presente no mercado de trabalho; alguns encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços de parentes, de bairros próximos que não sejam tão violentos ou estigmatizados com tal.

Projeto Ser Brasileiro

Idealizado pela atual coordenadora do Programa, destina-se a universitários com pendores artísticos e/ou interessados em estudar a cultura brasileira. Teve início em 2007 e inscreve a cada ano, um grupo de 20 alunos ingressantes, objetivando contribuir para serem construtores e multiplicadores de novas formas de fazer ciência que não seja excludente dos saberes relacionados ao modo de vida, à arte e cultura do povo brasileiro, sobretudo os saberes advindos dos povos africanos e indígenas, que estão presentes no



cotidiano da vida econômica, política e social do ser brasileiro mas, com frequência, excluídos do discurso e prática acadêmicos.

No Brasil, a violência configura-se em fenômeno que, historicamente, tem se manifestado nos mais diferentes espaços da nação, dentre os quais as instituições educacionais de todos os níveis, afastando noções de solidariedade, compreensão e respeito que devem permear as relações entre os indivíduos. Planejadores e executores das políticas sociais, dentre as quais a Política da Educação, muitas vezes desconsideram a história social de luta do povo brasileiro no decorrer dos séculos.(Evelin, 2011)

A história de luta da nação não alimenta a auto-estima dos brasileiros e, a universidade eurocêntrica e judaico-cristã não contribui para que alterações neste sentido possam ocorrer. Sendo partícipe dessa sociedade, o profissional que desconhece a origem do modo como se dão as relações sócio-políticas, econômicas e culturais no país corre o risco de pouco contribuir para transformações sociais.

Vislumbra-se, com o Ser Brasileiro, um caminho fértil para a troca de informações, difusão e aceitação da ideia de que é possível e necessário o uso de investigações que subsidiem a consolidação de medidas afirmativas no Brasil, que podem assumir várias configurações de acordo com a influência interativa de variáveis como gênero, raça/etnia, classe social, escolaridade, profissão, valores, crenças, atitudes e experiências pessoais. A produção de conhecimentos sobre o Ser Brasileiro deverá constituir-se uma das maiores contribuições do projeto na transferência de resultados para a sociedade.

Guamá e Terra Firme: A Morada de Artistas

O projeto resulta de pesquisas sobre cultura como direito previsto constitucionalmente e constatação da ausência do Estado na maioria dos municípios do País para atendimento a referido direito como Política Social prevista nos Art.215 e 216 da CF-88.

O projeto Guamá e Terra Firme: A morada de artistas é consequência de pesquisas em movimentos de cultura popular do Bairro do Guamá, especialmente em grupos de boi-bumbá. A pesquisa indicou a necessidade de intervenção social para potencializar as práticas artísticas, que mobilizam os habitantes dos dois bairros e se constituem como fatores protetores de inúmeras famílias, portanto geradoras de resiliência na comunidade.

O projeto tem como objetivos: promover a qualificação de lideranças de grupos artísticos dos Bairros Guamá e Terra Firme para potencializarem a sua ação nos referidos



bairros; ampliar as ações do Programa; assegurar o processo de formação dos graduandos de Serviço Social a partir da relação ensino-pesquisa-extensão; intervir junto à mídia para divulgação da importância das atividades dos grupos de arte popular como diferencial à imagem de violência dos bairros; construir / ampliar conhecimentos teórico-metodológicos de Serviço Social no Contexto das Ciências da Cultura; desenvolver ações interdisciplinares, objetivando integrar saberes: cultura / produção / criação intelectual/ciência. Subsidiar Políticas Sociais com novas tecnologias de intervenção.

O projeto Guamá e Terra Firme: a morada de artistas parte da constatação de que muitas vezes os movimentos necessitarão ter a sua explicação construída a partir de parâmetros ainda não definidos cientificamente. A população mais pauperizada tem processos de organização e insubmissão que se materializam nas atividades de lazer, religiosidade, construção da habitação, educação, tratamento de saúde, etc. o que pode ser identificado como formações de comunidades resilientes.

Apesar do avanço nos estudos da resiliência humana existem, ainda, muitas indagações e controvérsias que precisam ser revistas e discutidas de forma a contribuir para a instrumentalização dos profissionais que trabalham com indivíduos e grupos que vivem em situações de vulnerabilidade social. Michael Rutter (apud Tavares, 2001) relaciona resiliência ao conceito de “resistência ao estresse”. Ou seja, o conceito de resiliência pressupõe a presença de circunstâncias de vida adversas, ante as quais o indivíduo é desafiado ao enfrentamento e busca de respostas para superação que, ao ocorrer, o fortalece para novos embates, considerando que tal situação passa a fazer parte de sua memória histórica, cultural, do processo de seu ciclo de vida.

Admitir as potencialidades do ser humano em pensar sobre a sua vida e planejar o seu futuro é um exercício ético que exige do profissional a desconstrução de algumas crenças e conceitos, principalmente, a de considerar o indivíduo em situação de vulnerabilidade social como subalterno e excluído, homogeneizando a história, desconsiderando as diferenças.

O processo de resistência cultural é motivo estimulador de articulação entre os grupos de bois-bumbás para a criação de uma associação. Neste sentido, a efetiva intervenção social agrega outras manifestações dos bairros de modo a desenvolver uma consciência teórica nos grupos envolvidos e assegurar participação e criação de novos mecanismos de cooperação mútua, despertar e estabelecer o elo entre diferentes gerações, fortalecendo os laços e a identidade cultural. (Oliveira, 2008)

Os líderes dos grupos consideram que principalmente os grupos mais antigos têm reconhecimento em Belém, são respeitados pelo público, porém consideram haver perda



de espaço e elencam algumas causas: contrato para se apresentarem em locais pré-estabelecidos destinados a públicos diferenciados que nem sempre demonstram interesse; falta de divulgação na mídia sobre os locais, dias e horários de suas apresentações; falta de apoio do governo; o público que prestigia assim como alguns dos integrantes do próprio grupo desconhecem a história do boi-bumbá; falta de permanência da encenação da comédia, geralmente só apresentam o bailado; existência de grupos nos quais os integrantes sentem vergonha de se caracterizarem como os personagens do auto. O único Amo que considera que a manifestação não está perdendo espaço em Belém, confirma também a falta de apoio financeiro e pouca visibilidade na mídia, que quando mostra algo “ainda se promove em cima do trabalho feito pela comunidade.” (Oliveira, 2008)

Em outubro de 2007, o Ministério da Cultura lançou o Programa Mais Cultura, que propunha investir 4,7 bilhões de reais na área da cultura até 2010, com a perspectiva de alterar a dramática situação de exclusão cultural no país:

Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso; O brasileiro lê em média 1,8 livros per capita / ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população; O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E; Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e 70% não tem qualquer acesso a internet (nem no trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria; A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total dos rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira. (IBGE,2007)

Embora com algumas alterações o cenário ainda é de exclusão o que gerou, em 2011, a Lista com 53 metas, a serem cumpridas nos próximos 10 anos, propostas pelo Plano Nacional de Cultura:

1)SNC institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação



(UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados; 2) 100% das UF e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); 3) Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada; 4) Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada; 5) Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das UF e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas; 6) 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no SNIIC atendidos por ações de promoção da diversidade cultural; 7) 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas; 8) 110 territórios criativos reconhecidos; 9) 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local; 10) Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros; 11) Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural; 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural; 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada; 14) 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura; 15) Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo MEC, no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas; 16) Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas; 17) 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo MEC; 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura; 19) Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento; 20) Média de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro; 21) 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema; 22) Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato; 23) 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as UF e os municípios



integrantes do SNC; 24) 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais; 25) Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional; 26) 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale Cultura); 27) 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema; 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música; 29) 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência; 30) 37% dos municípios brasileiros com cineclube; 31) Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 32) 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento; 33) 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento; 34) 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados; 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo MINC; 36) Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo MINC em 100% das UF e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes; 37) 100% das UF e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas; 38) Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada; 39) Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado; 40) Disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados; 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação



Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo IPHAN; 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte); 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC; 42) Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada; 43) 100% das UF com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação; 44) Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura; 45) 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura; 46) 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados; 47) 100% dos planos setoriais com representação no CNPC com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude; 48) Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país; 49) Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das UF e 100% dos municípios que aderiram ao SNC; 50) 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura; 51) Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura; 52) Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do governo federal para incentivo à cultura; 53) 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no PIB”. (MINC,2011)

AÇÃO GRIÔ - uma tecnologia social, para o ensino de artes na escola, apropriada da tradição da arte popular dos bairros Guamá e Terra Firme

Em Dagnino (2009) encontra-se um debate sobre os atores sociais envolvidos com a Tecnologia Social no Brasil (Governo, Movimentos Sociais, ONGs, Universidades etc.), que hoje são percebidos por seus inter-relacionamentos e arranjos institucionais que criam para o desenvolvimento de tecnologias sociais no contexto socioeconômico e ambiente das políticas públicas a ela pertinentes. Os argumentos centram-se na necessidade de que novos atores se incorporem aos processos de elaboração da Política de Ciência e Tecnologia e de construção da agenda de pesquisa pública:

Dar voz a esses atores e integrá-los às instâncias de participação e de decisão



deve ser um objetivo dos novos arranjos institucionais a serem criados. Eles devem acompanhar a novidade introduzida pela TS, sob pena de submetê-la a processos contraditórios com o seu objetivo. (Dagnino, 2009)

Corroborando o debate proposto por Dagnino (op.cit.) encontram-se Fonseca e Serafim (2009) para os quais a geração de conhecimentos de forma coletiva implica a participação ativa de uma série de atores. Acrescentam porém, que para alcançar níveis de aprofundamento da democracia é preciso que tais atores estejam devidamente qualificados para a participação, não somente de tecnologias sociais como de formulação de políticas. Analisam a participação desses atores — com ênfase no papel do Estado:

[...] para a viabilização e consolidação da proposta da TS. [...] argumentamos acerca da necessidade de instauração de uma nova lógica institucional orientada ao fortalecimento da proposta da TS. Para tanto, discutimos a história, a estrutura e a dinâmica de funcionamento da Rede de Tecnologia Social (RTS), uma das experiências latino-americanas mais importantes no campo da TS. (Fonseca e Serafim, 2009)

O meio ambiente cultural, assim como todos os demais bens ambientais, constitui objeto de relevante preocupação atual no mundo. Os bens que integram o meio ambiente cultural são também protegidos pelo art. 225, da Constituição Federal “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Ação Griô valoriza a tradição da oralidade enquanto patrimônio imaterial e cultural a ser preservado. É um desafio no âmbito das políticas culturais, educacionais e ambientais devido a inexistência de uma tradição na valorização desta manifestação cultural. A transmissão oral permeia as mais diversas culturas independente da origem ou da etnia, porém há povos que têm a oralidade como única fonte da perpetuação de sua história. O Griô é um guardião da memória e da história oral de um povo ou comunidade, são líderes que têm a missão ancestral de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades.

A Ação Griô Nacional nasceu em 2006 como projeto criado e proposto pelo Grão de Luz e Griô da Bahia ao programa Cultura Viva da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura. Não tem visibilidade no Pará, embora tenha-se conhecimento de Mestres Griôs reconhecidos pelo IPHAN e que já realizam ações mais amplas de transmissão de saberes, como ocorre em Cachoeira do Arari onde o Mestre Luís transmite para crianças e jovens o canto de ladainhas em latim, cuja origem remonta o



tempo da escravidão negra no Brasil.

O último Encontro de Avaliação e Planejamento da Rede Ação Griô Nacional aconteceu entre os dias 15 e 17 de março/2012, envolvendo representantes do Ministério da Cultura, a Comissão Nacional dos Griôs e Mestres de Tradição Oral, assessorias pedagógicas e políticas, coordenadores nacionais e regionais da Rede Ação Griô, e mais 100 representantes de parceiros do Grãos de Luz e Griô em sua atuação em Lençóis na Chapada Diamantina-Bahia. O Encontro teve, dentre outros, os seguintes resultados que serão compartilhados com a Rede Ação Griô:

- Conhecimento e contextualização histórica da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – SCDC MinC em relação a Ação Griô Nacional através de relatos e a memória da Ação Griô Nacional de 2006 a 2012, entregando a SCDC MinC registros e produtos que instrumentalizam o plano para 2012;
- Compartilhamento com a SCDC MinC dos conceitos chaves da Ação Griô através de atividades pedagógicas da Ação Griô na Escola e na Comunidade.
- Criação de um plano para a Ação Griô Nacional 2012, com ações conclusivas e ações de continuidade entre a Rede Ação Griô e a SCDC MinC, diante do contexto político e orçamentário atual de ambos, dentro dos temas: edital de bolsas de incentivo griô, projetos de coordenação da rede Ação Griô, Lei griô no Congresso Nacional;
- Acordo de parceria da coordenação da Rede Ação Griô – Grãos de Luz e Griô – com a Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – UEFS, para implementação do projeto Universidade Griô e encaminhamento de outras parcerias com Universidades e Secretaria de Cultura. (MINC, 2012).

O projeto *Ação Griô - uma tecnologia social, para o ensino de artes na escola, apropriada da tradição da arte popular dos bairros Guamá e Terra Firme*, iniciado em 2011 deve-se a constatação de que todas as sociedades precisam de referências que as liguem ao passado – tanto os espaços simbólicos relacionados à memória de cooperação, descoberta, vitória como os relacionados à opressão e à derrota. As relações entre memória social e Serviço Social, Educação e Cultura são decisivas ao processo de intervenção social.

Uma das prioridades da Ação Griô é a sua consolidação como rede organizada da sociedade civil, mobilizando e articulando grupos e redes envolvidas na ação – parteiras, erveiros, indígenas, quilombolas e caboclos, capoeiristas, dançarinos, compositores de toadas de boi, carimbozeiros, cantadores de ladainhas e tantos outros – no sentido da conquista e do reconhecimento de seus saberes e fazeres de tradição oral pelo Estado



brasileiro em parceria com as redes de educação formal. (Ação Griô Nacional, 2008)

A religiosidade brasileira, em particular as de origem africana, indígena e afro-brasileira ainda recebem uma carga de preconceitos decorrentes do desconhecimento dos seus rituais, formação mediúnica e sacerdotal, mantidos no país como resultado de lutas contra as relações de autoritarismo e violência para imposição da religião cristã.

A proposta atende demandas que contam, no Brasil, com escassez de produção teórico-metodológica do Serviço Social que estimulem e favoreçam o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício de atividades profissionais para planejar, implementar e avaliar programas e projetos sociais em Educação e Cultura; formar e dinamizar parcerias para potencializar a utilização dos recursos disponíveis e o atendimento às necessidades das organizações envolvidas nos programas e projetos; subsidiar a avaliação de indicadores sociais, políticos e econômicos na definição de prioridades de ação; aplicar novas tecnologias de gestão de recursos humanos e de serviços sociais, que tenham como objetivo estimular o próprio espírito cooperativo das equipes de trabalho, além de provocar a responsabilidade social como um princípio ético que deve orientar o trabalho profissional.

A tradição oral é o universo de vivência dos saberes e fazeres da cultura de um povo, etnia, comunidade ou território, criado e recriado, transmitido e reconhecido coletivamente por meio da oralidade de geração em geração, com linguagem própria de percepção, elaboração e expressão pedagógica e política.

A inserção dos alunos universitários na comunidade possibilita a troca de experiências com os produtores culturais dos bairros em foco e a aquisição escrita, por meio da metodologia da história oral, da sabedoria existente nos mestres, indicando uma tecnologia a ser apropriada pela academia. Esse diálogo entre a universidade e os artistas populares desenvolvido no ensino, pesquisa e extensão é uma experiência única para o discente que ao entrar em contato direto com a realidade tem a possibilidade de tornar-se um profissional melhor preparado, haja vista que ter uma experiência prática possibilita fazer uma leitura crítica da realidade e da conjuntura como um todo para assim poder compreender a totalidade Estado, Mercado, Sociedade que se entrecruzam. Trata-se de uma dupla via de obtenção e transmissão de conhecimentos, pois os próprios artistas não conheciam a existência do termo Mestre Griô e possibilitou uma abertura para a discussão do meio ambiente cultural tema pouco explorado por todos.

O projeto é uma iniciativa inédita no âmbito da UFPA, que necessita de um tempo maior para sistematizar descobertas e experiência de forma a poder subsidiar políticas públicas que identifiquem os mestres griôs como um dos atores importantes para a



produção de tecnologias sociais nas áreas de Educação e Cultura. Neste caso, busca-se tecnologias advindas de saberes e fazeres grãos que possam ser compartilhados no ensino de música para crianças matriculadas em uma escola Pública de um dos bairros, mas que congrega alunos advindos dos dois bairros.

Considera-se a importância do trabalho interdisciplinar entre os profissionais de Serviço Social e Educação permitindo-lhes discutir com os sujeitos de sua ação os significados das teorias que orientam os discursos que movem a sociedade onde estão situados, levando-se em conta que o “[...] limite das teorias é não apenas a própria complexidade humana, mas a possibilidade de construção de novas teorias ou ressignificação das já existentes”. (Evelin, 2012)

A permanência do assistencialismo e da tutela agrava o estado de pauperização de homens, mulheres e crianças, porém são estas pessoas as principais protagonistas no processo de sobrevivência de tradições religiosas e manifestações da arte popular que ocorrem de Norte a Sul do Brasil com o teatro presente nos autos dos bois-bumbás, dos pássaros; a música, nas ladainhas cantadas em latim, nas toadas de boi, no carimbó, no samba de roda, nas cantigas transmitidas de geração a geração; a dança, nas marujadas, maracatus, siriás, carimbós, umbigadas. Por todo o Brasil há um processo permanente de criação de bailados surgidos na periferia, manifestações muitas vezes apropriadas pela cultura dominante, que as sofisticou e delas usufruiu benefícios econômicos e/ou políticos.

Cyrułnik (2001) traduz a resiliência como processo desenvolvido ao longo da vida, implicando na história individual, construída cotidianamente em conjunto com outros seres humanos em contextos afetivos, econômicos, políticos e socioculturais. Trata-se de um longo processo histórico construído e reconstruído por meio de ideias, ações e reflexões inscritas em um contexto específico e compartilhadas de forma coletiva. Neste sentido, a resiliência refere-se à história individual e seus laços com a história social numa rede de relações e de experiências vividas através das gerações, potencializadoras tanto de crises como de busca de caminhos de enfrentamento, superação e fortalecimento. Os bens ambientais culturais constituem bens de uso comum do povo e essenciais à qualidade de vida. Tais bens precisam ser protegidos, preservados e defendidos tanto pelo Poder Público, quanto pela coletividade.

Conclusões

“De muita ciência precisamos nós, mas é de consciência a nossa precisão maior.”

Thiago de Mello



A inserção do Programa Luamim na comunidade evidencia a importância da sua intervenção como parte do processo de construção e aquisição dos saberes, à medida que encontra seu lugar no amplo campo de trocas de experiências proporcionado pela organização comunitária na formação da própria história, da história dos grupos sociais e das coletividades. Consta que, muitas vezes os movimentos necessitarão ter a sua explicação construída a partir de parâmetros ainda não definidos cientificamente.

A pesquisa-ação possibilita sistematizar bibliografia referente ao assunto, produção de relatórios e atas, estabelecer contatos com lideranças de bois-bumbás, escolas de samba, pássaros juninos, quadrilhas juninas, grupos de hip-hop, street dance, break dance, grupo de músicos e dançarinos, líderes comunitários de terreiro de umbanda e candomblé, de cristãos católicos e protestantes, de espíritas aos quais estão vinculados estudantes das escolas e universidades situadas nos bairros *locus* da ação.

A realização de reunião com líderes mapeados propicia debates sobre temas referentes à realidade dos bairros, contemplando, dentre outros, cultura, arte e educação. Tem-se um calendário de reuniões com a participação de lideranças para o planejamento de eventos, que possam trazer novos rumos à trajetória que vem sendo cumprida no sentido de potencialização dos fatores de proteção.

O Programa Luamim: peças interventivas na realidade propõe a valorização da cultura vinculada ao contexto da educação, na medida em que realiza ações, por meio de suas peças interventivas que levam o público atendido a um processo de interação com seus pares, construindo respeito ao outro, sentido de coletividade, abertura para novos conhecimentos e, principalmente, fazendo-os reconhecerem-se como sujeitos capazes de criar, recriar e agir no mundo, internalizando valores, que os farão enfrentar e superar adversidades a que alguns estão submetidos, como as crianças e adolescentes que se encontram em áreas carentes de infraestrutura urbana, com insuficientes espaços artísticos, culturais, de lazer e saneamento.

O acompanhamento e a avaliação sistemática no Programa constitui-se em um momento também de qualificação da equipe de trabalho, contribuindo para a renovação da informação e atualização. O acompanhamento das atividades tem como referência as reflexões da equipe de trabalho no processo de escuta e diálogo com o público-alvo e instituições de apoio, tornando assim o processo da avaliação um lugar de socialização, informação e troca de saberes. Para os procedimentos do acompanhamento e avaliação das atividades do programa utiliza a seguinte sistemática/instrumentos: diário de campo; reuniões semanais de monitoramento do plano de execução do programa com a equipe;



atas e relatórios, publicação dos resultados do acompanhamento e da avaliação.

A noção de pertencimento precisa orientar a gestão da educação e da cultura a partir de como nos formamos como povo; considerar que nossas relações sociais são complexas e que se trata de responder quem somos, como estamos, o que podemos fazer para nos reconhecermos como um povo que lutou e luta pela garantia de direitos sociais. Homens, mulheres e crianças, encontram nas expressões de artes e no cultivo ao patrimônio material e imaterial formas de resistência e resiliência. A educação não pode apartar-se desta realidade.

Referências

- Ação Griô Nacional. Cultura Viva Ação Griô. A Ação Griô Nacional é uma ação compartilhada no âmbito do Ministério da ... povos de terreiro, mestres e outros.. www.cultura.gov.br > Home > Cultura e Cidadania. Acesso em 8 de abril de 2011
- Anuário Estatístico de Belém (2010). Belém: Prefeitura Municipal de Belém,
- Bobbio, Norberto (1980). A Teoria das Formas de Governo; tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB,
- Brasil (2006). Constituição da República Federativa do Brasil: 3ª ed. ver. e ampl. Barrueri, SP: Manole
- Buarque, C. A (2004). “Questão Social do Século XXI”. Lisboa. VIII Congresso Luso-Afro - Brasileiro: Anais
- Conselho Regional de Serviço Social-CRESS-1ª REGIÃO www.cress-pa.org.br.
- Cyrułnik, Boris (2001). Resiliência, essa inaudita capacidade de construção humana. Lisboa: Ed. Horizontes Pedagógicos.
- Dagnino, Renato Peixoto, org.(2009).Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP: IG/UNICAMP,
- Evelin,Heliana Baía (2010). Voluntariado de Pertencimento. Belém: UFPA. Jornal Beira do Rio, Edição nº 86, setembro de.
- _____ (2011). “Expressões da violência no Brasil”. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP. Universidade Federal do Maranhão- UFMA. São Luís. Anais
- _____ (2012). Serviço Social no contexto das ciências da cultura. Texto revisto da tese de doutorado aprovada na PUC/SP em 1994. Belém. Digitado.
- Fonseca, Rodrigo e Serefim, Milena (2009). “A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais” in DAGNINO, Renato Peixoto (org). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP: IG/UNICAMP



Freitas, M. V. & Carvalho (2003). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2007). Contagem da População. www.ibge.gov.br/home/.../contagem2007/default.shtm. Acesso no dia 24 de maio de 2007

Martins, P. (1991). Luamim um anjo urbano. Belém: CEJUP

_____. Luamim: Peças Interventivas na Realidade (2000). Belém: UFPA - Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. Digitada

Ministério da Cultura-MINC (2011). Metas para os próximos 10 anos propostas pelo Plano Nacional de Cultura. www2.planalto.gov.br/.../metas-do-plano-nacional-de-cultura-para-o. Consulta em 20 de março de 2012

Moreira, Antonio Flavio Barbosa e Candau, Vera Maria (2003). “Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos”. Revista Brasileira de Educação [online].

Morin, E.(2005). Cência com Consciência. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil

Oliveira, Hedrícia Fernanda Andrade de (2008). Folclore Brasileiro e Relações Intergeracionais: O boi-bumbá no bairro do Guamá em Belém do Pará. Relatório de Pesquisa. PIBIC / CNPq. Belém

Pacheco, Líllian (2006). Pedagogia Griô: A reinvenção da Roda da Vida. Lençóis/BA: Grãos de Luz e Griô, 2ª. Edição

Praxedes, W. Eurocentrismo e racismo nos clássicos da Filosofia e das Ciências Sociais. www.espacoacademico.com.br/083/83praxedes.htm. Consulta em 14 de março de 2008.

Richmond, Mary Ellen (1950). Diagnóstico Social. Ed. Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge,. Lisboa .

Rodrigues, Leomara Barros (2006). PROLUAMIM- Projeto Profissionalizante Luamim. Belém: UFPA. Relatório de Extensão. Digitado

Tavares , J. org.(2001). Resiliência e educação. São Paulo: Cortez

Turino, Célio. “Uma gestão cultural transformadora”. São Paulo: Ed. 7. nov/dez/jan, 2003-2004, páginas 73- 77. Centro de Documentação Maurício Graboís.